

Sexualidade e Relações de Gênero 3

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)



Solange Aparecida de Souza Monteiro

(Organizadora)

Sexualidade e Relações de Gênero

3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
S518	Sexualidade e relações de gênero 3 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Sexualidade e Relações de Gênero; v. 3) Formato: PDF Requisito de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-609-6 DOI 10.22533/at.ed.096190609 1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série. CDD 306.7
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Talvez você já saiba o que são “relações de gênero”, talvez não. Para começarmos, é importante que saibamos do que estamos falando. A palavra “gênero” tem um uso muito variado. Em ambientes escolares, por exemplo, é comum que professores que trabalham com língua portuguesa falem de diferentes gêneros linguísticos ou textuais. Também falamos de gênero de música que gostamos; e, quando vamos ao cinema, escolhemos o gênero de filme que preferimos (comédia, drama, suspense, terror etc.). Aqui falaremos de outro conceito de gênero, mais especificamente trataremos de relações de gênero. palavra gênero designa as várias possibilidades construídas dentro de uma cultura específica de nos reconhecermos como homens ou mulheres. Assim, ser homem e mulher pode variar sensivelmente dependendo da época, do lugar e ainda dos valores sociais que norteiam as interações dos indivíduos numa dada sociedade. Falamos sempre de relações de gênero porque entendemos que a construção do feminino e do masculino acontece de forma relacionada e interdependente. É isso que vamos discutir. Nesse sentido, pensar como a condição juvenil também se expressa numa perspectiva de gênero, visto que os meninos e as meninas são interpelados a se afirmarem como homens e mulheres ao incorporarem atributos considerados masculinos ou femininos na cultura em que vivem. E isso tem tudo a ver com sexualidade e vivência das experiências sexuais. Papo que interessa muito aos jovens, não é mesmo?!

Em termos de políticas públicas, a partir da primeira década do século XXI, se intensificaram, em diversas áreas, iniciativas que contemplam o olhar dos direitos humanos e sexuais. Diante de tais iniciativas e outras conquistas da atuação do movimento civil, surge o discurso de tolerância e respeito às diversidades sexuais, que ganham cada vez mais visibilidade, em contraponto ao obscurantismo a que estavam submetidas outrora. Assuntos relacionados à sexualidade sempre foram vistos com muita cautela na escola. Desde formalizada sua inserção nesta instituição por meio do currículo, se deu o questionamento sobre os limites do público e do privado no que se refere ao sexo, o que tornou necessária uma série de ajustamentos para que este pudesse ser discutido no ambiente escolar. “As diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que formas de discrição é exigida a uns e outros” (FOUCAULT 1976/1999, p. 30) são questões que estão em jogo quando se trata da sexualidade. Não é somente por meio dos conteúdos curriculares formais que a sexualidade permanece na escola, mas está presente em diversas práticas pedagógicas, assim como em vivências de socialização que ocorrem neste espaço. Contextos historicamente construídos e conjunturas sócio-políticas estão imbricadas nas relações, práticas e discursos institucionais em que se tecem relações de poder, configurando um espaço singular no qual estão inseridos alunas e alunos. As maneiras como a escola, a família e a sociedade lidam com determinadas questões

influenciam na construção de queixas escolares que desabrocham como se fossem unicamente do sujeito que a veicula, mas no entanto são reveladoras de determinado contexto social e escolar. Assim, a sexualidade e, indissociadamente a esta, as relações de gênero, estão presentes nas diversas dimensões do cotidiano, e têm interfaces pedagógicas e psíquicas relacionadas à produção de queixas escolares. Nessa perspectiva, o sexo biológico (ou o corpo concreto) é apenas a definição das características corporais primárias e secundárias. Não são negadas as diferenças biológicas entre mulheres e homens, apenas consideram nas uma condição, e não uma limitação aos papéis sociais a serem desempenhados. Logo, gênero é uma categoria relacional, fruto de identificações subjetivas com determinado conjunto de papéis sociais, internalizados durante a vida, com significados de caráter histórico e social. Nessa perspectiva, a sexualidade pode ser compreendida como a expressão de sentimentos, desejos e prazeres, interpelados aos significados intersubjetivos que os sujeitos estabelecem a estes. Já as abordagens essencialistas consideram o sexo biológico como determinante do sujeito, ou seja, acreditam que as características relacionadas ao comportamento feminino/masculino e a sexualidade são definidas pelo sexo anatômico e combinam-se com este de maneira imutável. Uma compreensão essencialista do sexo “procura explicar os indivíduos como produtos automáticos de impulsos internos” (WEEKS, 1999, p. 40). Nessa perspectiva, o sujeito que não cumpre o que é suposto determinado biologicamente, é, então, compreendido como desviante ao que seria natural. Das práticas pedagógicas curriculares, observa-se que normalmente a discussão acerca da sexualidade na escola se restringe a aulas específicas, de biologia ou educação sexual, e é abordada de maneira essencialista, focalizando a anatomia dos corpos de mulheres e homens. A prevenção de doenças sexualmente transmissíveis nas práticas heterossexuais e a reprodução humana são os principais temas, frequentemente ignorando outras dimensões da sexualidade, como o desejo e o prazer. Geralmente cinde-se a sexualidade dos aspectos práticos da vida e adequa-se a linguagem, conferindo à abordagem um formato cientificista.

Do mesmo modo, as diversas formas de expressar feminilidades e masculinidades precisam ser reconhecidas. A escola pode ser um dos lugares de alternativa ao modelo tradicional das relações de gênero, construindo e legitimando diversas possibilidades de vivência de gênero já desde a Educação Infantil, e assim contribuir para a promoção da liberdade e da diversidade nos âmbitos sexuais e de gênero, tanto no que se refere ao desenvolvimento individual quanto à formação para criticidade e transformação social. Demarcações de gênero não ocorrem somente na escola, mas também em outros espaços, como exemplo, na clínica, em que o psicólogo normalmente é tendencioso nas escolhas de brinquedos e materiais levados às sessões. Em tais circunstâncias, o profissional precisa estar atento aos limites do que está produzindo: um espaço de acolhimento, na tentativa de produzir um ambiente confortável à criança atendida que provavelmente já internalizou determinadas exigências de gênero do meio; e/ou uma situação que acaba operando

como coerção/ajustamento de gênero. As representações das relações de gênero e da sexualidade em nossa cultura interceptam a escola enquanto instituição, constituindo uma significação característica sobre gênero e sexualidade no contexto institucional escolar. Assim, a escola tem uma história com o controle dos corpos e a sexualidade que precisa ser levada em conta em suas interfaces sociais e políticas, para a análise no que tange as queixas escolares. A aluna e o aluno também têm uma história escolar, produzida na intercepção com os diversos funcionamentos institucionais. Ainda, ocupam lugares específicos e tecem relações singulares que se estabelecem no contexto da queixa em questão, produzindo situações únicas. A queixa escolar emerge, então, em determinado contexto, e é possível que haja uma dimensão no âmbito da sexualidade e do gênero a ser compreendida. Assim, ao compreender as dimensões individuais, sociais e políticas da queixa, o psicólogo pode atuar no sentido de fortalecer as potencialidades do indivíduo e de sua rede de relações frente às situações adversas. Além disso, a clínica pode ser um lugar de acolhimento para a dor do preconceito e expressividade de identidades marginalizadas em outros espaços. Na instituição escolar, é importante e imprescindível que os profissionais da educação contribuam na discussão sobre homofobia e sexismo, preconceitos que, mesmo em suas manifestações mais sutis, têm sido relevantes nas histórias escolares de diversas crianças e jovens.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SABERES E DILEMAS SOBRE SEXO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE	
<i>Solange Aparecida de Souza Monteiro</i>	
<i>Paulo Rennes Marçal Ribeiro</i>	
<i>Valquíria Nicola Bandeira</i>	
<i>Carlos Simão Coury Corrêa</i>	
<i>Andreza de Souza Fernandes</i>	
<i>Isabel Cristina Correa Cruz</i>	
<i>Fernando Sabchuk Moreira</i>	
<i>Ana Paula Sabchuk Fernandes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0961906091	
CAPÍTULO 2	14
A CONTRIBUIÇÃO DAS METODOLOGIAS ATIVAS PARA FORTALECER O DIÁLOGO COM OS ADOLESCENTES SOBRE A SEXUALIDADE	
<i>Betânia Maria de Oliveira Amorim</i>	
<i>Luiza Maria Alfredo</i>	
<i>Maria Renally Braga dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0961906092	
CAPÍTULO 3	26
“AQUELA FOTO EM QUE ESTOU DE DOUTORA”: MEMÓRIAS DE MULHERES SOBRE INFÂNCIA E ESCOLARIZAÇÃO NO MARANHÃO NAS DÉCADAS DE 1950/1960	
<i>Tatiane da Silva Sales</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0961906093	
CAPÍTULO 4	37
A BRANQUITUDE COMO PRIVILÉGIO NOS MOVIMENTOS FEMINISTAS! O LUGAR DA MULHER BRANCA NA LUTA POR IGUALDADES RACIAIS E DE GÊNERO	
<i>Rafaela Mezzomo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0961906094	
CAPÍTULO 5	48
A INSTAURAÇÃO CÊNICA “CORPO LIVRE”	
<i>Tiago Herculano da Silva</i>	
<i>Nara Graça Salles</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0961906095	
CAPÍTULO 6	60
A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES EM CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO: ANÁLISE DE PROCESSOS CRIMINAIS	
<i>Valdemir Paiva</i>	
<i>Claudia Priori</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0961906096	

CAPÍTULO 7 70

A PESSOA TRAVESTI E A/O PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM: PERCEPÇÃO DE HUMANIZAÇÃO E DO RESPEITO À EXPRESSÃO E IDENTIDADE DE GÊNERO

Carle Porcino

Cleuma Sueli Santos Suto

Dejeane de Oliveira Silva

José Andrade Almeida Junior

Maria Thereza Ávila Dantas Coelho

Jeane Freitas de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.0961906097

CAPÍTULO 8 85

A PRÁTICA RECREATIVA DO *MOUNTAIN BIKE* NO INTERIOR DE MINAS GERAIS: LAZER, NATUREZA E DOMÍNIO DOS HOMENS

Fabiana Duarte e Silva

Francielle Pereira Santos

Ludmila Nunes Mourão

Marília Martins Bandeira

DOI 10.22533/at.ed.0961906098

CAPÍTULO 9 95

A SAÚDE DO HOMEM NA PERSPECTIVA DA SEXUALIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Alana Maiara Brito Bibiano

Janaína Paula Calheiros Pereira Sobral

Marília Martina Guanaany de Oliveira Tenório

Nívia Madja dos Santos

Roberto Firpo de Almeida Filho

Taíse Gama dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.0961906099

CAPÍTULO 10 102

AÇÕES DE PROMOÇÃO À SAÚDE DE UMA EQUIPE INTERDISCIPLINAR EM UM GRUPO DE HOMENS: O DESPERTAR PARA O AUTOCUIDADO

Marília Martina Guanaany de Oliveira Tenório

Alana Maiara Brito Bibiano

Janaína Paula Calheiros Pereira Sobral

Roberto Firpo de Almeida Filho

Taíse Gama dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.09619060910

CAPÍTULO 11 107

NA FRONTEIRA ENTRE A FEMINILIDADE E A MASCULINIDADE: MULHERES E AS TENSÕES DOS PADRÕES DE GÊNERO NA FÍSICA

Kariane Camargo Svarcz

DOI 10.22533/at.ed.09619060911

CAPÍTULO 12 119

ECONOMIA SOLIDÁRIA: ECONOMIA DE MULHER?

Maria Izabel Machado

DOI 10.22533/at.ed.09619060912

CAPÍTULO 13	135
EDUCAÇÃO E CINEMA: DEBATES SOBRE SUJEITOS SOCIAIS, FEMINISMOS E CONSTRUÇÃO DE MASCULINIDADES	
<i>Lucas Leal</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060913	
CAPÍTULO 14	152
E AGORA EDUCADOR/A? O WILLIAM PEGOU MINHA BONECA PARA BRINCAR!	
<i>Guilherme de Souza Vieira Alves</i>	
<i>Marcia Cristina Argenti Perez</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060914	
CAPÍTULO 15	162
ENTRE A ESCRAVIDÃO SEXUAL E O ESTUPRO: UMA ANÁLISE DA PROSTITUIÇÃO COMO INSTRUMENTO DA DOMINAÇÃO MASCULINA	
<i>Caroline dos Santos Coelho</i>	
<i>Alessandra Benedito</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060915	
CAPÍTULO 16	171
ESCOLA SEM PARTIDO E EDUCAÇÃO SEM CRITICIDADE: A QUEM SERVE?	
<i>Lana Cláudia Macedo da Silva</i>	
<i>Ana de Luanda Borges Braz da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060916	
CAPÍTULO 17	178
ESCRITAS DE SI E POLÍTICAS DE AGÊNCIA: ARTEVISMOS POÉTICOS DE MULHERES NEGRAS	
<i>Anni de Novais Carneiro</i>	
<i>Laila Andresa Cavalcante Rosa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060917	
CAPÍTULO 18	185
EXPOSTAS À VIOLÊNCIA POR SEREM MULHERES E AMAREM DEMAIS	
<i>Paula Land Curi</i>	
<i>Jaqueline de Azevedo Fernandes Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060918	
CAPÍTULO 19	194
EXPERIÊNCIAS DE CUIDADO VIVIDAS POR MULHERES ACOMPANHANTES DE DOENTES ONCOLÓGICOS	
<i>Eduardo da Silva</i>	
<i>Marlene Tamanini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060919	
CAPÍTULO 20	206
FEMINILIDADE E CÂNCER DE MAMA: O QUE PODE A MULHER?	
<i>Aline Barrada de Assis</i>	
<i>Fabírcia Rodrigues Amorim Aride</i>	

DOI 10.22533/at.ed.09619060920

CAPÍTULO 21 219

GÊNERO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL

Ângela Kaline da Silva Santos

Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

Lucicleide Cândido dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.09619060921

CAPÍTULO 22 230

NEGAÇÃO AO ACESSO AO ABORTO: PODER E VIOLÊNCIAS

Ivana Maria Fortunato de Barros

Paula Land Curi

Jaqueline de Azevedo Fernandes Martins

DOI 10.22533/at.ed.09619060922

CAPÍTULO 23 242

PRÁTICAS EDUCATIVAS FEMINISTAS COMO SUBSÍDIO AO ENFRENTAMENTO À CULTURA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Ângela Maria Simão Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.09619060923

CAPÍTULO 24 252

RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERCEPÇÕES DE ESTAGIÁRIOS (AS) DO CURSO DE PEDAGOGIA

Jussara Silva da Costa

Polena Valesca de Machado e Silva

DOI 10.22533/at.ed.09619060924

CAPÍTULO 25 264

DISCUSSÕES ACERCA DO DISCURSO MIDIÁTICO CONTEMPORÂNEO: A FABRICAÇÃO DO CORPO MAGRO NA REVISTA ANAMARIA

Suélem do Sacramento Costa de Moraes

Bárbara Hees Garré

DOI 10.22533/at.ed.09619060925

CAPÍTULO 26 271

SEXUALIDADE E ESCOLA: O DESENVOLVIMENTO DA SEXUALIDADE INFANTIL A PARTIR DA PSICANÁLISE

Jaqueline Tubin Fieira

Franciele Lorenzi

Giseli Monteiro Gagliotto

DOI 10.22533/at.ed.09619060926

CAPÍTULO 27 283

NEM CAPRICHOS, NEM BELEZA: REFLEXÕES SOBRE ARTE E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Francielen Leandro Apolinário

Evelly Paat Sampaio da Silva

Elisângela Martins

DOI 10.22533/at.ed.09619060927

CAPÍTULO 28 291

PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DA EJA SOBRE O AUMENTO DA INFECÇÃO DO VÍRUS HIV

Evaldo Batista Mariano Júnior

Maria Aparecida Algusto Satto Vilela

Valeska Guimarães Rezende da Cunha

DOI 10.22533/at.ed.09619060928

CAPÍTULO 29 311

UM BREVE PERCURSO SOBRE A POSIÇÃO SOCIAL DA MULHER

Libna Pires Gomes

Paula Land Curi

Ivana Maria Fortunato de Barros

DOI 10.22533/at.ed.09619060929

CAPÍTULO 30 321

SUBJETIVIDADE LÉSBICA: A SUTILEZA LEGITIMADA PELO SILÊNCIO SOCIAL

Mariluce Vieira Chaves

DOI 10.22533/at.ed.09619060930

CAPÍTULO 31 331

VAMOS COMBINAR? ADOLESCÊNCIA, JUVENTUDE E DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS – UMA EXPERIÊNCIA EM MANAUS

Daniel Cerdeira de Souza

Tirza Almeida da Silva

Sônia Maria Lemos

Eduardo Jorge Sant'Ana Honorato

DOI 10.22533/at.ed.09619060931

CAPÍTULO 32 336

A EDUCAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO BRASILEIRO, EM PAÍSES EUROPEUS, ASIÁTICOS E LATINO - AMERICANOS

Solange Aparecida de Souza Monteiro

Paulo Rennes Marçal Ribeiro

Valquiria Nicola Bandeira

Carlos Simão Coury Corrêa

Andreza de Souza Fernandes

Carlos Simão Coury Corrêa

Isabel Cristina Correia Cruz

Fernando Sabchuk Moreira

Ana Paula Sabchuk

DOI 10.22533/at.ed.09619060932

CAPÍTULO 33 348

VELHICE E SEXUALIDADE: UM ESTUDO SOBRE A SÉRIE “GRACE AND FRANKIE”

Fabíola Calazans

Vanessa Santos de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.09619060933

CAPÍTULO 34	360
O MASCULINO E O FEMININO: DOS CONCEITOS FILOSÓFICOS AO CAPITALISMO FALOCÊNTRICO	
<i>Fabiana Nogueira Chaves</i>	
<i>Maurício Pimentel Homem de Bittencourt</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060934	
CAPÍTULO 35	370
GÊNERO E DIAGNÓSTICO EM SAÚDE MENTAL: QUE RELAÇÃO É ESSA?	
<i>Muriel Closs Boeff</i>	
<i>Tatiana Souza De Camargo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060935	
CAPÍTULO 36	376
LILITH E EVA: AS DUAS MULHERES ANTAGONICAS NO SISTEMA RELIGIOSO	
<i>Bruno Schwabenland Ramos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060936	
CAPÍTULO 37	387
O CORPO DO BRASIL NO JOGO DA VIDA	
<i>Lucia Maria Felipe Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060937	
SOBRE A ORGANIZADORA	401
ÍNDICE REMISSIVO	402

UM BREVE PERCURSO SOBRE A POSIÇÃO SOCIAL DA MULHER

Libna Pires Gomes

Universidade Federal Fluminense -UFF
Rio de Janeiro-Niterói

Paula Land Curi

Universidade Federal Fluminense -UFF
Rio de Janeiro-Niterói

Ivana Maria Fortunato de Barros

Rio de Janeiro-Niterói
Universidade Federal Fluminense -UFF

RESUMO: Este trabalho pretende pensar o lugar ocupado pela mulher na sociedade, seu corpo e o exercício de sua sexualidade, construídos de acordo com exigências de determinadas configurações sociais, históricas e políticas. Tomando o feminino como constructo histórico, temos que a atual concepção do que é ser mulher e do exercício da feminilidade variam ao longo do tempo e das sociedades. Se na Idade Média, a mulher não era vista como um ser em sua singularidade sexual, o século XVII traz uma inovação ao afirmar a mulher como um ser único anatomicamente, utilizando-se agora de um argumento científico para justificar o lugar de inferioridade da mulher. No decorrer da história, o lugar social da mulher passa por diversas transformações, e estas vão desde uma posição de respeito, sendo até mesmo a descendência contada por linha materna, até uma posição

de submissão na sociedade patriarcal, onde o homem detinha o poder sobre a mulher. Essas e outras múltiplas estruturas de dominação que incidem sobre a mulher, demonstram variadas relações de poder, garantindo o controle sobre o corpo e a sexualidade dentro de uma sociedade hétero fundamentada. A este trabalho cabe analisarmos alguns percursos históricos e políticos, perpassando por funções sociais e padrões de relações que ainda mantém privilégios onde a mulher se encontra em desvantagem. Pretendemos discorrer sobre a concepção do que é ser mulher e do exercício da feminilidade, retratando também conquistas de direitos de igualdade vinculados a questão de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: mulher, corpo, poder

A BRIEF COURSE ABOUT THE SOCIAL POSITION OF THE WOMAN

ABSTRACT: This paper aims to explore the space occupied by women in society, their bodies and the expression of their sexuality, built according to the norms of certain social, historical and political configurations. If we observe “feminine” as a historical construct, it is noticed that the current conception of being a woman and the expression of femininity vary through time and societies. While during the Middle Age women were not seen as sexually

singular beings, the XVII century brings something new by affirming women as an anatomically unique human being, using a scientific argument to justify women's inferiority. Throughout history, the social place assigned to women changes and transforms, from a position of respect, when even the descendancy was defined by the maternal line, to a position of submission in the patriarchal society, where men detain power over women. This is one of multiple domination structures that affect women and show varied power relations - they guarantee control over the body and sexuality in a society founded in heterosexual norms. This paper will analyse some of historical and political processes, running through social functions and pattern of relationships that still maintain privileges that keep women at disadvantage. Our objective is to discuss the conception of what it means to be a women and the exercise femininity, while at the same time portraying equality achievements connected to gender issues.

KEYWORDS: women, body, power

INTRODUÇÃO

A observação histórica e uma breve análise das culturas revelaram que desde as épocas mais remotas, a mulher vem ocupando, na sociedade, um lugar de submissão ao homem. Não obstante, esse padrão não esteve desde sempre. Podemos dizer com Engels (1977) que já tivemos outras referências de mulher, visto que ele nos mostra que houve um tempo em que a mulher não só gozava de liberdade para se relacionar com quem quisesse, mas também mantinha uma posição privilegiada na sociedade como progenitora.

Em tempos em que se vivia sob a égide do mandato *matersemper certa est, pater semperincertus este*, a linhagem materna era determinante para a comunidade. E seguindo esta trilha, o poder estava em mãos femininas, pois somente através das mulheres que se podiam definir as relações de consanguinidades. Neste tempo, cada homem e mulher pertenciam igualmente a todos. A mulher, ao torna-se mãe, de um filho cujo pai era desconhecido, era a única certeza da filiação.

Engels (1977), todavia, evidenciará um momento possível de se destacar uma mudança de status da mulher nas sociedades ditas primitivas. Ao descrever sobre as noções de matrimônio e a passagem da poligamia para a monogamia, remete-se a algumas tribos australianas onde imperava a lei de classes. Para o autor, é no rapto de mulheres que começa a aparecer os indícios da passagem à monogamia, através do chamado casamento sindiásmico.

Na passagem do casamento por grupos ao matrimônio sindiásmico, a mulher perde sua posição de prestígio e passa a pertencer a um homem, quem tem direito a poligamia. Através desta forma de organização, introduziu-se a estrita monogamia para as mulheres, ao mesmo tempo em que o homem continuava a gozar do direito a poligamia e a infidelidade (ENGELS, 1977).

Em outras palavras: a mulher reservava-se ao matrimônio monogâmico enquanto

o homem não precisava abster-se do prazer grupal. Nestes grupos, a mulher estava mais próxima da posição de objeto, podendo ser raptada e possuída pelo homem. Segundo o autor, a monogamia, como nos conta o autor, foi pleiteada após a passagem para essa organização conjugal.

Algumas outras formas de mudança na equiparação entre homens e mulheres em relação ao prazer, são encontradas na história das sociedades através dos ritos destinados à mulher antes do casamento. Um modo específico de formação familiar. Um núcleo familiar que nasceu no limite que separa o estado selvagem da barbárie, não mais sendo realizadas uniões consanguíneas. Surge após a proibição do incesto mulher antes do casamento. Alguns destes demonstram um decaimento da valorização do feminino quando comparados a sociedades primitivas citadas anteriormente. Como exemplo, podemos observar na antiga Babilônia templos onde as jovens eram obrigadas a praticar o amor livre antes de pertencerem a um só homem. Entregavam-se a quem as escolhessem por determinado momento antes de casar-se. E, em outras sociedades, a primeira noite da recém-casada era direito do chefe, não lhe sendo concedido o direito da escolha de entregar-se ou não para esta relação.

Foucault (1984), investigando o antigo mundo grego, refaz passagens também importantes para se pensar a posição social da mulher. Refletindo sobre a preocupação dos gregos com o comportamento sexual, ele desvela uma ética desigual baseada em coerções femininas. Uma sociedade marcada pela dominação dos “homens livres”.

Com a constituição mais sólida da monogamia, uma fidelidade unilateral se consolida estabelecida por meio de regras morais. Ao homem casado era exigido dentro da relação conjugal, ter somente um vínculo matrimonial e manter relações sexuais com sua esposa pelo menos três vezes na semana. Mas, podia livremente se relacionar com outras mulheres e homens, tendo respeito pelas mulheres casadas, para não violar o direito de outros maridos. A mulher por outro lado, deveria relacionar-se exclusivamente com seu marido sendo considerada uma falta grave o adultério.

Além disso, ainda na Antiguidade greco-romana, pode-se observar a partir da perspectiva médica daquele tempo, uma inferioridade da mulher frente ao homem. O médico e filósofo Galeano afirmava que a diferença entre os sexos se baseava no calor vital do corpo, sendo o homem quem possuía maior quantidade de calor. Galeano formulou posteriormente uma teoria de identidade anatômica de modo que homens e mulheres possuíam os mesmos órgãos sexuais, sendo a mulher uma versão imperfeita do homem, com os órgãos internos e invertidos, devido à menor quantidade de calor que possuiria.

Com o passar dos séculos, temos mudanças significativas na concepção da diferença sexual engendradas por uma necessidade política de construir novos lugares para homens e mulheres na sociedade e, com isso, no século XVII, a mulher passa a ter sua própria singularidade sexual, ou seja, seu corpo e sexo passavam a ser vistos não mais a partir de uma perspectiva masculina. E, um século a frente, com

o pensamento iluminista ganhando força na sociedade, foi possível criar um novo ideal do feminino.

O avanço dos estudos anatômicos, fomentados a partir do século XVIII, inaugura um novo modo de conceber o corpo e as diferenças sexuais e, assim, as mulheres ganham outra forma de inserção na sociedade. Agora representantes da função materna, a sexualidade feminina caracteriza-se pela sua essência (re)produtiva – sendo excluído o prazer sexual. Marcada pela crença em seus instintos maternos, a mulher era socialmente colocada como “naturalmente” destinada à esfera doméstica, de procriação e cuidado, ou seja, a natureza é que designaria a inserção e função social.

Por meio, de pequenas passagens históricas observa-se como ao longo do tempo, vai se modificando a relação entre homens e mulheres na sociedade. Apresenta-se uma mudança no status social da mulher, a liberdade para se relacionar com quem quisesse dá lugar a uma monogamia unilateral e, mais a frente, uma posição inferior ao homem e fica destinada a vida doméstica, marcada pelo ideal de maternidade.

NO BRASIL COLONIAL: O PATRIARCADO, O USO DO CORPO DA MULHER E SUA SEXUALIDADE

O sistema patriarcal no Brasil, em período menos arcaico, objeto de estudo para Gilberto Freyre (2003), é pensado como um poder concentrado nas mãos masculinas. Freyre (2003) toma o patriarcalismo como estratégia de colonização no sistema escravocrata brasileiro. Uma organização da família onde o poder exercido pelo patriarca abrangia sua casa, filhos, fazenda e esposa. Este autor resgata a história do brasileiro, sua vida doméstica e conjugal a partir de uma visão do patriarcalismo escravocrata e polígono.

Neuma Aguiar (2000), também reflete sobre o significado do conceito do patriarcado no pensamento social brasileiro, demonstrando uma forma de dominação alargada que abarca a sexualidade, a reprodução e a relação entre homens e mulheres contextualizada ao sistema escravocrata. Isso vai ao encontro do modo como Freyre (2003) pensa o patriarcalismo, na medida em que ele descreve como característica desse sistema a depravação sexual como forma de investimento - “Em primeiro lugar, o próprio interesse econômico favorece a depravação criando nos proprietários de homens o imoderado desejo de possuir o maior número possível de crias” (FREYRE, 2003, p.399).

O estudo de Freyre (2003) revela o quanto o ventre de uma escrava, além da fazenda em si, era produtivo, pois a escrava daria a luz à outra mão-de-obra. Assim, o estupro da escrava não só era fonte de prazer, mas também fonte de lucro. Mary Del Priore (2013) mostra em sua obra, sobre a história da mulher no Brasil colonial, que a violência contra as mulheres ocorria muitas das vezes com as mulheres negras. As palavras mais devassas e promíscuas eram direcionadas a elas. Um misto de amor

e ódio por parte dos homens tinha como alvo, as negras e mulatas para satisfazerem seus desejos libidinosos. Os colonos utilizavam o corpo dessas mulheres como objetos sexuais, tendo como desculpa uma desonra por natureza de suas vítimas, respaldados por elementos racistas (DEL PRIORE, 2013).

Segundo Freyre (2003), a afloração sexual aparente do menino na puberdade, na qual chama de “fome de mulher”, provem dentre outras coisas, do sistema econômico e social da formação do Brasil. Aguiar (2000), ao descrever a análise de Freyre do patriarcado no Brasil, dirá que a organização política do patriarcalismo consiste na estratégia populacional pela arbitragem do homem no uso do sexo.

Diferente dos rapazes que desfrutavam de mais direitos de ir e vir e de uma liberdade sexual, as moças/meninas brancas eram vigiadas sempre por alguém mais velho e viviam numa espécie de prisão domiciliar, com o quarto localizado no centro da casa, rodeado por outros com pessoas mais velhas. Viviam dessa maneira, até serem entregue a um marido desconhecido, provavelmente com idade o suficiente para ser seu pai ou até mesmo avô.

Não havia tempo para explodirem em tão franzinos copos de menina grandes paixões lúbricas, cedo saciadas ou simplesmente abafadas no tálamo patriarcal. Abafadas sob as carícias de maridos dez, quinze, vinte anos mais velhos; e muitas vezes inteiramente desconhecidos das noivas. Maridos da escolha ou da conveniência exclusiva dos pais. (FREYRE, 2003, p.423).

Evidentemente, não podemos deixar de lado as esposas aventureiras, que atuavam na frente de seus maridos e da sociedade como obedientes e submissas para encobrir o desfrute de prazeres com outros homens. No entanto, o prescrito para a mulher era o de ser responsável pelo laço matrimonial, por meio de sua indubitável honra. O marido infiel não representava uma mácula no casamento, pois havia um peso distinto para julgar atos morais de acordo com o sexo e o grupo social. (DEL PRIORE, 2013).

Sem saber ler, muitas mulheres destinadas somente à vida doméstica, detinham títulos de baronesas e viscondessas, mas suas ordens e vontades eram reservadas apenas aos escravos da casa. A mulher do dono da fazenda era responsável por cuidar dos filhos e agradar o marido. Nos manuais de casamento do século XVII com orientações para escolha do cônjuge, indicavam características necessárias para as mulheres, estas deveriam ser: virtuosas, honradas, honestas e adeptas a concepção de que seu corpo ao marido pertence (DEL PRIORE, 2013).

Algumas mulheres podiam ser alfabetizadas e internas em casas destinadas à educação feminina. Mas, o ensinamento recebido era apenas o de ler, cozinhar e rezar (FREYRE, 2003). Indiscutivelmente, a mulher estava para servir ao homem. Servia como escrava, sendo de cor ou não, com seu corpo e trabalho. Servia como doméstica educada para cuidar da casa, dos filhos e dele, o seu esposo.

A mulher cabia acatar as ordens, seja como esposa, escrava ou até mesmo

como filha, ao casar-se com um desconhecido durante sua adolescência. O que se impunha era uma relação de poder do homem (pai/marido) sobre a mulher.

As meninas se casavam tão cedo que, por vezes, não chegavam a sequer serem viúvas mesmo tendo casado com quatorze anos com um senhor de 50. Os patriarcas, como nos conta Freyre (2003), eram “machos insaciáveis colhendo do casamento com meninas todo um estranho sabor sensual, que raramente tiveram a felicidade de se fazer acompanhar da mesma esposa até a velhice” (p. 443). Muitas vezes, as jovens morriam durante o primeiro parto ou no puerpério, e quando não, sucedia-se um filho após outro. Quanto a isso, Freyre (2003) escreve: “pois essa multiplicação de gente se fazia à custa do sacrifício de mulheres (...) consumindo primeiro a mocidade, logo consumia a vida” (p. 444).

Trazendo a temática para os dias atuais, o patriarcado é igualmente objeto de investigação de Saffioti (2015). A autora pensa este sistema para além de uma categoria ligada a determinado período histórico, pensa como um caso específico das relações de gênero, como um fenômeno social em constante transformação.

SIMPLESMENTE POR SEREM MULHERES NO BRASIL ATUAL

Saffioti (2015) diz que o reconhecimento legal do poder do patriarca sobre a mulher não mais existe para tomar decisões sobre sua vida ou morte como ocorria na Roma antiga ou mesmo no Brasil colônia como nos demonstra Gilberto Freyre (2003). Afinal, as mulheres, através de suas lutas, conquistaram o direito à educação, ingressaram no mercado de trabalho e conquistaram muitos outros direitos que antes eram lhes negados. Hoje não faltam dispositivos especializados de cuidados e assistência, que realizam ações voltadas à garantia de direitos e assistência às mulheres. Os avanços foram inúmeros, não podemos negar.

Não obstante, apesar disto, mulheres continuam morrendo, sendo estupradas e discriminadas violentamente em nosso país, pelo simples fato de serem mulheres. Se fizermos uma rápida análise do Dossiê Mulher 2015 do Instituto de Segurança Pública- IPS, somente no Estado do Rio de Janeiro, veremos que foram 56.031 mulheres vítimas de tentativa de homicídio, lesão corporal e homicídio doloso. Números alarmantes como esses servem de amparo para reforçar o que Saffioti (2015) aponta: “o patriarcado está em permanente transformação” (p. 48).

Enquanto sistema de opressão às mulheres, o patriarcado se mantém vivo em determinado mapa histórico, político e social, que variam ao longo do tempo. Assim, essas transformações dizem respeito à forma como a ideologia incide sobre a vida das mulheres, sendo constantemente desenvolvidas novas tecnologias sociais de opressão à mulher, mantendo-a em posição subjugada e explorada.

Saffioti (2015) para evidenciar como ainda se apresenta o regime de dominação, aponta traços na linguagem contidos de uma regência na qual ao homem cabe uma posição de destaque. Evidencia a ideologia machista presente na gíria largamente

utilizada na sociedade brasileira para referir-se ao ato sexual: comer a mulher.

Entretanto, relacionar papéis sexuais a uma natureza biológica, se mostra conveniente quando mantém mulheres em posição de inferioridade social. Diferenciar os sexos a partir de argumentos anatomofisiológicos, como por exemplo, colocar o homem como sexo racional e mulheres como sendo mais emotivas, reafirma a ideologia do feminino como um ser perigoso e diabólico. Nunes (2000) traduz isso ao dizer que;

...as mulheres seriam, portanto, consideradas como 'mal maléfico', tidas como crédulas, faladoras, coléricas, vingativas, de vontade e memória fracas, dissimuladas, vaidosas, de pouca inteligência, avarentas, invejosas, difamadoras, vorazes, inconstantes, mentirosas, beberronas, tagarelas, insaciáveis, prestando-se a todas as torpezas sexuais. (p. 24)

Com uma imagem extremamente negativa e desvalorizada, podia-se operar o controle, repressão e domesticação do corpo e da sexualidade da mulher. Apoiando-se na ideia de que a mulher não era um ser inferior ou imperfeito, mas, segundo Rousseau, ela seria perfeita em sua especificidade e dotada de características biológicas e morais condizentes às funções maternas e à vida doméstica, podia-se restringir a mulher ao espaço doméstico. As mulheres deveriam renunciar aos seus desejos e se dedicarem inteiramente ao marido, “a quem se obrigam a ser úteis; educá-los jovens, cuidar deles grandes, aconselhá-los, consolá-los, tornar-lhes a vida mais agradável e doce” (NUNES, 2000, p.44).

Desde o início das teorias sobre as diferenças sexuais, o saber médico fundamenta ideais da feminilidade como marcas orgânicas específicas da mulher, atribuindo características como fragilidade dos ossos, alongamento da bacia e contração do cérebro como sinais de maior vocação para a maternagem e menor para a aptidão intelectual. Os discursos médicos também contribuíram para um deslocamento da forma como características e órgãos antes visto como negativos passassem a ser vistos com uma positividade destinada à maternidade.

Assim, o útero antes visto como imperfeito e perigoso passa a ser tratado como um órgão nobre (NUNES, 2000) e os modelos de corpo humano, antes essencialmente masculinos, cedem espaço para a criação de modelos femininos que se desenham a partir do imaginário da época para corresponder as expectativas sociais. Estes fatos mostram-se de suma importância por evidenciarem que os próprios interesses e achados médicos foram modulados por conveniências culturais. As descrições científicas se infiltravam nas teorias sociais e justificavam a ideia disseminada de que a função natural da mulher era ter filhos, criá-los e servir ao seu marido.

De forma geral, o que a sociedade moderna tentou fazer no século XIX foi reduzir a sexualidade ao casal heterossexual, baseado em estratégias médicas, psiquiátricas, pedagógicas e jurídicas. Desde cedo, somos disciplinados a construir nossa identidade e viver nossa sexualidade de forma silenciosa, sem chamar atenção

para tal. Aprendemos com os diversos dispositivos de controle que atravessamos e que nos atravessam – família, escola, religião, mídia e outros – normas e condutas que devemos seguir para mantermo-nos dentro de um padrão esperado.

A naturalização da condição feminina está fortemente relacionada ao discurso médico de saber-poder sobre o corpo e sexualidade. Segundo Foucault (1982, apud MARTINS, 2004), a natureza política da medicina que se consolidou com a sociedade capitalista a coloca como estratégia biopolítica de um controle social que começa no corpo e com o corpo. A medicalização dos corpos, exercida pela medicina contemporânea, implica em “transformar aspectos da vida cotidiana em objeto da medicina de forma a assegurar conformidade às normas sociais” (MARTINS, 2004).

Atualmente, observa-se uma racionalidade moderna e científica, concepções que atravessam o corpo feminino o tomam como entidade biológica, reduzindo-o ao seu aspecto orgânico. E é assim que a medicina focaliza sua intervenção sobre o corpo feminino a partir de modelos que abarcam a reprodução e a sexualidade de acordo com as expectativas sociais.

Em nome de uma urgência biológica e social, as práticas de medicalização justificam preconceitos fundamentando-os como verdade. O que se consegue com isso, é inscrever o sexo na sociedade a partir de uma dualidade em que, de um lado é concebido a partir de uma biologia da reprodução desenvolvida segundo uma normatividade científica, e de outro, uma medicina do sexo obediente a regras sociais, que têm como objetivo manter as mulheres em situação de opressão.

Swain (2006) discorre sobre um dispositivo amoroso e da sexualidade que constrói o feminino, uma produção de um sujeito por meio de práticas discursivas e não discursivas diversas. Nessa teia, amarra-se a ideia de que o destino ideal de uma mulher caminha na direção de casar-se com um homem, o ‘amor de sua vida’, dedicando-se sempre para ele, ‘até que a morte os separe’. Isso se afirma na mídia quando, para promover um produto ao público masculino, uma mulher considerada ‘gostosa’ aparece na propaganda sem voz e pronta para satisfazer o desejo do homem, caso consuma o artigo em questão. Afirma-se também na educação da menina, quando, por ser mulher apenas, deve ser ensinada a fazer os serviços domésticos.

Os diversos dispositivos de controle que atravessam o sujeito – família, escola, religião, mídia, entre outras – ditam normas e condutas a seguir, mapeando um padrão esperado. Por séculos, ser submissa, boa dona de casa e servir como objeto de prazer do marido foi o padrão prescrito para a mulher. Ser mulher significa ser cuidadora, dócil e também receptiva como objeto sexual. (SOUZA, BALDWIN, ROSA, 2000).

CONCLUSÃO

São inúmeras as formas como se tenta legitimar o direito do homem sobre a mulher e seu corpo, fundamentado sobre uma hierarquia social difusa em vários

campos, tendo destaque, hoje, os âmbitos jurídicos, médicos e educacionais. Temos visto que, mesmo a mulher tendo conquistado direitos em seu favor materializado em leis, ela ainda encontra-se em desvantagem em relação ao homem. Neuma Aguiar (2000), dirá:

As assimetrias de poder nas relações entre homens e mulheres com o desenvolvimento da Ciência e do Sistema Jurídico podem ser transformadas historicamente, mas a análise do patriarcalismo no Brasil e em outros contextos pode documentar os obstáculos e avanços no desenvolvimento da sociedade. (p. 327)

As sociedades, de uma forma geral, preocupam-se com as manifestações da sexualidade, coibindo ou estimulando-as. Com isso, culturalmente se apresentam regras de relacionamentos entre os homens e as mulheres. (RODRIGUES, 2006). O fato de um indivíduo ser do sexo masculino ou do sexo feminino não significa apenas que ele possui uma determinada conformação anatômica e fisiológica, mas também que ele possui um status social cujos limites, direitos e obrigações são devidamente convencionados e em relação aos quais à comunidade mostra determinadas expectativas. (RODRIGUES, 2006, p. 69).

No Brasil colonial, já se observava um sistema patriarcal submetendo mulheres a diversos tipos de violência e criando normas de comportamento. E, o patriarcado continua se expressando no enclausuramento feminino, quando consome a mulher como objeto a fim de servir/satisfazer os homens (SWAIN, 2006). Há uma divisão entre os sexos presente de forma difusa, nos corpos, nas casas e no mundo social (BOURDIEU, 2002).

Como vimos, na Grécia antiga uma moral sexual monogâmica unilateral se impõe, onde a mulher estava submetida à ordem dos “homens livres”, devendo ela servir com as obrigações de esposa (FOUCAULT, 2007). E, séculos à frente, encontramos ainda, um modo de funcionamento exigindo da mulher o comportamento de se submeter aos desejos do marido, encarregada pela ordenação do trabalho doméstico, educada para o casamento (FREYRE, 2003).

No decorrer da história, a posição social da mulher sofreu transformações, deixando a posição de respeito, sendo até mesmo a descendência contada por linha materna, ocupando uma posição de submissão na sociedade patriarcal, onde o homem detinha o poder sobre a mulher. A sociedade patriarcal e heterofundamentada, ou seja, que oprime as mulheres e legitima apenas relações entre um homem e uma mulher, garante funções sociais e padrões de relações que mantêm privilégios e regimes políticos e sociais favoráveis aos homens. Ao longo do tempo os lugares construídos para a mulher começam a permitir um controle sobre sua vida, seu corpo e sua sexualidade, principalmente a partir da luta de diversos movimentos sociais por direitos e pela vida das mulheres.

Os avanços necessários ainda são muitos, tendo em vista que o patriarcado

ainda age cotidiana e materialmente sobre a vida das mulheres, o que se expressa nos números críticos de violências física, sexual e psicológica. Assim, parece-nos importante tarefa de discutir como este sistema de opressão se articula ao longo dos tempos, até chegarmos a uma análise de nossa sociedade atual, tornando-se, assim, um instrumento de denúncia e combate a todas as formas de opressão, para que haja plena emancipação das mulheres.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, N. **Patriarcado, sociedade e patrimonialismo**. Sociedade e Estado vol.15 n. 2. Jun/Dez. Brasília. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922000000200006

Bourdieu, P. **A Dominação Masculina**. 2 ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 2002

DE SOUZA, E. ; BALDWIN J. R. ; ROSA, F. H. **Construção Social dos Papéis Sexuais Femininos**. Psicologia: Reflexão e Crítica. pp.485-496 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010279722000000300016&script=sci_abstract&lng=pt

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA – IPS. **Dossiê mulher 2015**. Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/DossieMulher2015.pdf

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1977.

EMMERICK, R. **Corpo e poder: um olhar sobre o aborto à luz dos direitos humanos e da democracia**. Dissertação de mestrado – PUC Rio. Rio de Janeiro, 2007.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. 23º ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2013.

_____. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. 12 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51 ed. Global. São Paulo, 2006.

LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3º ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

MARTINS, A. P. V. **Visões do Feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

RODRIGUES, J. C. **Tabu do Corpo**. Editora FIOCRUZ; Coleção Antropologia e Saúde. Rio de Janeiro. 2006

SAFFIOTI, H. **Gênero Patriarcado violência**. 2 ed. Expressão popular: Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2015.

SWAIN, T. N. **Entre a vida e a morte, o sexo**. Labrys Études Féministe. 2006. Disponível em: http://www.intervencoesfeministas.mpbnet.com.br/textos/tania-entre_a_vida_ea_morte.pdf

SOBRE A ORGANIZADORA

Solange Aparecida de Souza Monteiro - Mestre em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo campus São Carlos (IFSP/ Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: -Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-raciais. Participa do grupo de pesquisa - GESTELD- Grupo de Estudos em Educação, Sexualidade, Tecnologias, Linguagens e Discursos. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5670805010201977>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aborto 16, 19, 174, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 320, 337, 338
Amor 75, 98, 140, 177, 182, 185, 187, 189, 190, 192, 193, 201, 202, 204, 277, 278, 280, 313, 314, 318, 323, 326, 329, 339, 353, 354, 359, 380, 384, 385, 388, 390
Arte 48, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 65, 137, 144, 146, 175, 219, 220, 228, 229, 241, 279, 283, 284, 285, 286, 289, 290, 309, 353, 388, 390, 395, 399

B

Boneca 152, 153, 156, 159, 258, 262, 263

C

Capitalismo Falocêntrico 360, 362, 368

Comunicação 2, 8, 12, 18, 19, 24, 63, 73, 98, 112, 131, 146, 156, 245, 246, 247, 265, 269, 275, 283, 308, 310, 343, 347, 348, 358, 359, 360, 361, 362, 368, 369

Construção Social 71, 99, 254, 255, 320, 371

Corpo 9, 11, 14, 25, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 67, 68, 71, 76, 78, 82, 84, 92, 93, 94, 97, 107, 115, 116, 118, 138, 145, 155, 160, 167, 168, 174, 182, 203, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 214, 215, 216, 217, 218, 228, 232, 233, 234, 241, 259, 264, 265, 266, 268, 270, 272, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 284, 285, 289, 293, 294, 295, 298, 301, 303, 307, 311, 313, 314, 315, 317, 318, 319, 320, 325, 327, 328, 329, 338, 348, 349, 350, 351, 352, 354, 356, 357, 358, 359, 361, 371, 373, 374, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399

D

Diversidade Sexual 2, 22, 24, 174, 331, 332, 334, 335

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 35, 44, 58, 63, 77, 85, 88, 89, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 110, 115, 118, 135, 136, 137, 138, 140, 144, 146, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 160, 161, 163, 165, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 193, 202, 218, 222, 226, 227, 228, 229, 238, 242, 243, 244, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 262, 264, 265, 269, 271, 279, 281, 282, 291, 292, 293, 294, 298, 302, 303, 304, 305, 309, 310, 315, 316, 318, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 358, 370, 388, 391, 394, 398
Enfermagem 70, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 97, 101, 192, 198, 217, 218, 309, 310
Escola 2, 4, 9, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 24, 32, 33, 34, 51, 70, 81, 109, 136, 140, 145, 146, 147, 151, 154, 160, 161, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 201, 223, 249, 250, 252, 253, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 264, 272, 281, 282, 290, 291, 292, 293, 294, 297, 298, 299, 301, 302, 304, 305, 306, 309, 310, 318, 324, 339, 341, 345, 347, 388
Ética 7, 10, 75, 81, 83, 84, 102, 199, 205, 218, 240, 272, 310, 313, 330, 337, 338, 341, 362, 382, 396

F

Feminilidade 72, 78, 107, 112, 114, 115, 116, 144, 206, 208, 210, 212, 214, 216, 218, 252, 254, 255, 311, 317, 364, 366

Feminino 20, 24, 38, 40, 41, 45, 46, 62, 63, 64, 65, 66, 71, 72, 78, 79, 89, 99, 100, 104, 105, 115, 116, 117, 120, 121, 125, 126, 127, 129, 130, 133, 144, 149, 162, 170, 182, 188, 189, 191, 193, 195, 207, 208, 210, 215, 218, 221, 223, 225, 232, 233, 234, 237, 240, 241, 243, 245, 250, 253, 254, 255, 259, 267, 277, 279, 284, 285, 286, 288, 289, 292, 299, 311, 313, 314, 317, 318, 319, 320, 322, 325, 328, 331, 332, 334, 335, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 374, 378, 379, 381, 383, 385, 387, 388, 389, 390, 393, 396, 397, 398

Feminismo 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 83, 117, 118, 134, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 150, 165, 167, 170, 179, 184, 221, 222, 224, 225, 228, 323, 330, 366, 367

Formação docente 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 23, 135, 136, 139, 144, 145, 147, 148, 254, 256, 257, 258, 259, 260

G

Gênero 11, 12, 15, 16, 17, 20, 22, 24, 25, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 55, 59, 60, 62, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 85, 89, 93, 97, 98, 99, 101, 104, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 127, 129, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 159, 160, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 181, 185, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 200, 205, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 231, 232, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 272, 283, 284, 285, 286, 287, 289, 290, 292, 295, 299, 305, 307, 311, 316, 320, 322, 328, 329, 330, 331, 332, 334, 335, 340, 341, 342, 343, 347, 350, 361, 362, 364, 366, 367, 368, 370, 371, 373, 374, 375, 376, 377, 383, 384, 387, 388, 389, 397, 399

H

História da Educação 12

HIV 84, 100, 101, 198, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 334, 335, 336, 340

Homofobia 143, 174, 228

Humanização em Saúde 70

I

Identidade de gênero 55, 70, 71, 74, 77, 80, 81, 172, 221

Infância 4, 27, 31, 32, 33, 108, 109, 152, 153, 154, 155, 157, 159, 160, 161, 192, 203, 205, 249, 255, 256, 272, 273, 274, 281, 282, 324, 326, 332, 392

IST 96, 98, 99, 100, 101, 291, 293, 294, 295, 303, 305, 334, 335

J

Juventude 67, 226, 295, 296, 331, 335, 349, 350, 351, 352, 358

L

Ludicidade 152

M

Masculinidade 90, 96, 99, 100, 101, 107, 114, 117, 144, 152, 250, 252, 254

Masculino 20, 36, 41, 63, 66, 68, 71, 89, 91, 96, 97, 99, 100, 101, 103, 104, 107, 109, 110, 114, 117, 128, 129, 130, 142, 143, 151, 152, 153, 159, 160, 162, 167, 169, 188, 189, 192, 193, 199, 223, 243, 250, 253, 254, 255, 259, 277, 279, 285, 288, 292, 299, 300, 318, 319, 322, 323, 328, 349, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 378, 380, 382, 383, 387, 388, 389, 390, 392, 396, 397

Mulher 20, 30, 31, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 66, 67, 68, 72, 78, 79, 84, 91, 94, 96, 99, 110, 112, 115, 116, 117, 119, 127, 132, 134, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 148, 155, 162, 163, 167, 168, 169, 170, 174, 178, 180, 181, 182, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 206, 207, 208, 210, 211, 214, 215, 216, 217, 218, 223, 224, 225, 227, 228, 230, 232, 233, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 253, 257, 263, 267, 278, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 307, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 324, 325, 326, 335, 348, 349, 356, 358, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 370, 371, 373, 374, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 390, 391, 392, 393, 396, 397, 398

Mulheres Negras 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 137, 138, 139, 140, 143, 147, 150, 151, 179, 180, 182, 183, 309, 314

N

Nudez 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59

P

Pedagogia 3, 4, 12, 23, 24, 25, 161, 171, 175, 177, 242, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 256, 257, 258, 259, 264, 265, 281, 282, 376

Pessoa travesti 70, 77

Poder 11, 18, 26, 27, 28, 32, 35, 40, 43, 45, 46, 47, 49, 61, 63, 68, 82, 100, 110, 114, 117, 124, 126, 128, 129, 132, 142, 143, 144, 150, 155, 161, 174, 176, 181, 182, 188, 189, 190, 191, 192, 227, 230, 232, 233, 235, 239, 240, 255, 264, 266, 268, 269, 270, 284, 285, 287, 290, 311, 312, 314, 316, 318, 319, 320, 323, 328, 329, 350, 354, 365, 366, 370, 371, 373, 374, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 383, 384, 385, 387, 395

Psicologia 14, 25, 46, 84, 97, 161, 179, 182, 192, 205, 216, 217, 218, 226, 230, 282, 309, 310, 320, 347, 387, 389, 392, 399

R

Racismo 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 135, 136, 137, 146, 151, 178, 342, 343

S

Sexismo 37, 40, 41, 160, 178, 223

Sexo 1, 38, 40, 41, 61, 66, 68, 77, 83, 84, 91, 98, 101, 103, 104, 105, 108, 110, 118,

129, 130, 134, 143, 160, 164, 165, 167, 168, 169, 174, 185, 189, 223, 237, 240, 241, 250, 253, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 272, 273, 277, 279, 287, 292, 293, 294, 299, 300, 304, 305, 306, 307, 308, 313, 315, 317, 318, 319, 320, 322, 329, 336, 342, 354, 357, 358, 361, 363, 364, 365, 366, 367, 369, 378, 379, 380, 382, 385, 388, 392, 393
Sexualidade 1, 2, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 50, 58, 71, 73, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 141, 143, 144, 153, 155, 157, 160, 162, 163, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 177, 208, 210, 218, 223, 225, 228, 232, 233, 249, 251, 259, 261, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 280, 281, 282, 291, 292, 293, 294, 298, 302, 303, 304, 307, 309, 310, 311, 314, 317, 318, 319, 320, 322, 324, 325, 328, 329, 330, 337, 338, 339, 340, 341, 344, 347, 348, 349, 350, 354, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 366, 368, 384, 393, 399

Subjetividade Lésbica 322, 325

V

Velhice 84, 316, 348, 349, 351, 352, 354, 356, 357, 358, 359

Violência 9, 11, 21, 29, 37, 40, 60, 61, 63, 64, 65, 68, 70, 79, 80, 84, 89, 93, 132, 134, 163, 167, 168, 176, 177, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 223, 226, 228, 230, 232, 237, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 282, 283, 284, 287, 289, 290, 302, 314, 319, 320, 322, 323, 325, 330, 335, 342, 343, 345, 368, 371, 374, 375, 376, 377, 382, 384, 391

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-609-6

